

Márcia Moreira de Araújo  
Carlos Jordan Lapa Alves  
(Organizadores)

# EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO



**Atena**  
Editora  
Ano 2021

Márcia Moreira de Araújo  
Carlos Jordan Lapa Alves  
(Organizadores)

# EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO



**Atena**  
Editora  
Ano 2021

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

#### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

#### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa



Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



## Educação: minorias, práticas e inclusão

**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Giovanna Sandrini de Azevedo  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadores:** Marcia Moreira de Araújo  
Carlos Jordan Lapa Alves

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: minorias, práticas e inclusão / Organizadores  
Marcia Moreira de Araújo, Carlos Jordan Lapa Alves. –  
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-5983-040-4  
DOI 10.22533/at.ed.404211405

1. Educação. I. Araújo, Marcia Moreira de  
(Organizadora). II. Alves, Carlos Jordan Lapa (Organizador).  
III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

Neste momento contemporâneo e avassalador, que minimiza nossa potência de agir, esse livro é um “respirar leve”, e traz consigo outras possibilidades de pensar, fazer e viver a educação neste contexto que inclui e reverbera liberdades e multiplicidades do agir democrático, fora dos padrões colonizados em nossas mentes por séculos.

Inspirados em nossos estudos, temos a urgência em entender como que uma sociedade inteira não se reduz a vigilância e propõe micro-liberdades individuais e coletivas. Junto a Certeau(1994) , problematizamos neste espaço: “que procedimentos populares (também minúsculos e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não ser para alterá-los? Que táticas e artes de fazer engendram nas tramas da vida que formam uma contrapartida, do lado dos consumidores (ou “dominados”), dos processos silenciados que organizam as micropolíticas e formam as subjetividades diversas?

Eis, portanto, nossa grande missão neste livro: propiciar momentos, debates, críticas e litigar com poderes que permeiam o campo educacional tornando-o tradicional, excludente e retrogrado. A educação do presente não pode e não deve ser desconectada da realidade social, da diversidade étnica, de gênero, religiosa e de crença que a sociedade vive. Talvez, essa seja a hora de derrubar os muros que ergueram em volta das escolas para que este lugar seja de todos e todas.

Pensar raça, gênero, sexualidade, exclusão, inclusão, feminismo, machismo e interseccionalidade no contexto escolar é obrigação de educadores e educadoras neste momento histórico no qual as bases democráticas estão constante tensão. Não cabe a escola e aos professores o papel de agente passivo, mas ações veementes e fortes a favor da luta pela igualdade, equidade e qualidade educacional para todas as crianças de todas as crenças.

Em um país onde as Casas de Leis perdem tempo propondo projetos para inibir e coibir o fazer docente, por exemplo, projeto de Lei 4893/20 que busca criminalizar professores que debatem assuntos ligados a gênero e sexualidade, a balança do poder deve agir criando reações de contrapoder: ao silêncio o barulho, a ordem a desordem, a punição a revolta. Nunca cabe a um docente o papel de submissão, mas ação, a criticidade.

Esperamos que o leitor, ou a leitora, faça produções fecundas e inventivas a partir desta proposição de textos que apresentam uma subversão no espaço educativo nos múltiplos modos de aprendizagens. Desejamos que as apostas sejam a captura do que escapa dos modos imperativos de educação, e que as possibilidades de invenção e criação reverberem na prática docente por uma educação mais condizente com o que a humanidade vem liberando como demandas sociais.

Desejamos uma excelente aventura literária e formativa!

Márcia Moreira de Araújo  
Carlos Jordan Lapa Alves

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

MULHERES QUILOMBOLAS DE BARRINHA- SFI- RJ: NA LUTA E (RE)EXISTÊNCIA POR SUA LEGITIMAÇÃO COMO CATADORAS DE OSTRAS

Márcia Moreira de Araújo

Leandro Garcia Pinho

**DOI 10.22533/at.ed.4042114051**

### **CAPÍTULO 2..... 19**

INCLUSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFPB: UM ESTUDO DOCUMENTAL SOBRE AS AÇÕES DO COMITÊ DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE

Ana Cristina Silva Daxenberger

Maria Sônia Lopes da Silva

Nielson Firmino de Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.4042114052**

### **CAPÍTULO 3..... 33**

IMAGENS E SINAIS: UMA PROPOSTA DE ENSINO COLABORATIVO PARA SE COMPREENDER A OBRA *OS SERTÕES* NA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)

Márcio Araújo de Almeida

Matheus Anacleto da Silva

Paulo Augusto Tamanini

**DOI 10.22533/at.ed.4042114053**

### **CAPÍTULO 4..... 50**

JOGOS DIDÁTICOS: *HOJE É ... DIA DE BRINCAR !!!*

Leonice Elci Rehfeld Nuglisch

Lucia Oliveira de Andrade

**DOI 10.22533/at.ed.4042114054**

### **CAPÍTULO 5..... 57**

O ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL EM ESPAÇO *FITNESS*: O ACOLHIMENTO DA PRESENÇA

Robenilson Nascimento dos Santos

**DOI 10.22533/at.ed.4042114055**

### **CAPÍTULO 6..... 73**

O DESAFIO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Elida Carolina Almeida Roque

Felippe Wanderley da Costa

Fernanda Gonçalves da Silva

Lohane Miranda da Silva

Lohrena Teixeira Cardoso de Carvalho

**DOI 10.22533/at.ed.4042114056**

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>82</b>
O DESENVOLVIMENTO DA LEITURA E DA ESCRITA ATRAVÉS DE ATIVIDADES DESAFIADORAS EM UM ALUNO COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM	
João Marcos Cristiano Tomaz	
Edêlma Targino	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4042114057</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>96</b>
O PAPEL DO AFETO NO DESENVOLVIMENTO DO AUTISTA	
Maria Paula Rodrigues de Macedo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4042114058</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>107</b>
O ENSINO DE MATEMÁTICA ATRAVÉS DO SOROBAN: UM RECURSO CONCRETO QUE PODE SER UTILIZADO POR TODOS	
Raffaela de Menezes Lupetina	
Margareth Oliveira Olegário	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4042114059</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>117</b>
O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DO ALUNO COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO	
Sabrina dos Santos Silva de Almeida	
Rágina Candido da Silva Costalonga	
Isabel Cristina Polonine	
Leonardo Barreto da Costa	
Cristiano de Assis Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.40421140510</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>130</b>
OS DIREITOS DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA	
Luciene Cristina de Assis	
Elivania Cristina de Assis Ananias	
<b>DOI 10.22533/at.ed.40421140511</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>138</b>
O USO DE TDIC NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA APRENDIZAGEM DO ALUNO SURDO NO ENSINO SUPERIOR	
Suellen Teixeira Nascimento	
<b>DOI 10.22533/at.ed.40421140512</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>149</b>
OS PROBLEMAS RELACIONADOS A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Leylyane da Conceição Gomes Ferreira	
Katia de Souza Merence	
Vanda das Neves Gomes	

Rayane Batista de Moraes  
Graciema da Cruz Silva  
**DOI 10.22533/at.ed.40421140513**

**CAPÍTULO 14..... 161**

**PAIS SURDOS – ESCOLA OUVINTE: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL**

Giseli de Oliveira Fonseca  
Edmar Reis Thiengo

**DOI 10.22533/at.ed.40421140514**

**CAPÍTULO 15..... 181**

**POETIZAR A CEGUEIRA: O FILME *VERMELHO COMO O CÉU* E A EDUCAÇÃO COM O SONORO**

Glauber Resende Domingues

**DOI 10.22533/at.ed.40421140515**

**CAPÍTULO 16..... 192**

**PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO POR MEIO DE JOGOS PEDAGÓGICOS COM ALUNO COM PARALISIA CEREBRAL DIPARÉTICA: ESTUDO DE CASO**

Marciana dos Santos Silva Ventura  
Katia Gonçalves Castor

**DOI 10.22533/at.ed.40421140516**

**CAPÍTULO 17..... 204**

**RETRATOS, VIVÊNCIAS E APRENDIZAGENS**

João Paulo Apolari  
Ana Paula Ferreira de Melo Morgado  
Thaís Casemiro Flores  
Marta de Fátima Silva Forsan  
Ivanete de Oliveira Dorta

**DOI 10.22533/at.ed.40421140517**

**CAPÍTULO 18..... 213**

**O SERVIÇO SOCIAL DESENVOLVIDO NA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE)**

Alexsandra do Socorro Farias Fernandes  
Kleber Vinicius G. Feio  
Dayane Cereja Ferreira da Silva  
Ivana Lia Rodrigues de Carvalho  
Raimunda da Silva Santana  
Marlene Ribeiro Reis  
Mariana do Ó Teixeira Santos  
Beatriz Ribeiro Reis

**DOI 10.22533/at.ed.40421140518**

**CAPÍTULO 19..... 226**

**REFLEXÕES ACERCA DA MOBILIDADE URBANA: DESAFIOS DE ACESSIBILIDADE**

Andreia da Silva Neto



Sheila Venancia da Silva Vieira  
DOI 10.22533/at.ed.40421140519

**CAPÍTULO 20.....234**

SOCIEDADE E DIREITO: MANUTENÇÃO DE PAPÉIS SOCIAIS E A IMPORTÂNCIA DA PROMOÇÃO DA MULHER

Júlio César Pinheiro do Nascimento  
Samuel Henrique

DOI 10.22533/at.ed.40421140520

**CAPÍTULO 21.....242**

TRAJETÓRIA DE VIDA, AUTOETNOGRAFIA E GÊNERO: RESSIGNIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA A PARTIR DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM TURISMO

Aparecida de Fátima Pereira Balbina  
Márcia Maria de Medeiros

DOI 10.22533/at.ed.40421140521

**CAPÍTULO 22.....253**

UMA COMPREENSÃO ACERCA DO PAPEL DOS INTÉRPRETES DE LIBRAS À COMUNIDADE SURDA: PERSPECTIVAS TEÓRICO-REFLEXIVAS

Luan Tarlau Balieiro

DOI 10.22533/at.ed.40421140522

**CAPÍTULO 23.....260**

VIOLÊNCIA A PESSOAS NA ESCOLA

Maria Vera Lúcia da Rocha Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.40421140523

**CAPÍTULO 24.....273**

VALORIZANDO A DIVERSIDADE CULTURAL: OFICINA DE ABAYOMIS

Pâmela Camile Silva Benevenuto Rodrigues  
Milena Moreira de Oliveira  
Aparecida Fátima Camila Reis

DOI 10.22533/at.ed.40421140524

**CAPÍTULO 25.....279**

STARTUP EDUKANET: UMA PROPOSTA DE SISTEMA EDUCACIONAL E TECNOLÓGICO PARA SURDOS

Nathalia da Silva Castro  
Giseli de Oliveira Fonseca  
Anilton Salles Garcia

DOI 10.22533/at.ed.40421140525

**CAPÍTULO 26.....290**

CURRÍCULO E CULTURA SURDA: A EDUCAÇÃO BICULTURAL EM QUESTÃO

Cauê Jucá Ferreira Marques  
Marilene Calderaro Munguba

DOI 10.22533/at.ed.40421140526

<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>297</b>
<b>EDUCAR NO CÁRCERE: FUNDAMENTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO EM PRISÕES</b> Luana Soares Pereira Marilde Chaves dos Santos <b>DOI 10.22533/at.ed.40421140527</b>	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES</b> .....	<b>308</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>309</b>

# CAPÍTULO 2

## INCLUSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFPB: UM ESTUDO DOCUMENTAL SOBRE AS AÇÕES DO COMITÊ DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE

*Data de aceite: 03/05/2021*

*Data de submissão: 06/04/2021*

### **Ana Cristina Silva Daxenberger**

Universidade Federal da Paraíba  
<http://lattes.cnpq.br/2467412638469336>  
<https://orcid.org/0000-0002-9101-6205>

### **Maria Sônia Lopes da Silva**

Universidade Federal da Paraíba  
<http://lattes.cnpq.br/8354610163588068>  
<https://orcid.org/0000-0002-9065-3763>

### **Nielson Firmino de Oliveira**

<http://lattes.cnpq.br/4758069379655080>  
<https://orcid.org/0000-0002-9461-7444>

Artigo elaborado a partir da pesquisa sobre Política de Inclusão universitária submetido ao Coep.

**RESUMO:** As políticas de inclusão no ensino superior ampliaram-se, principalmente, pela edição da lei de cotas no ensino superior, o que possibilitou a ampliação do número de pessoas com deficiência nos cursos de graduação. Esse artigo tem por objetivo apresentar um estudo documental sobre as ações do Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a partir da criação da política de inclusão e atendimento especializado às pessoas com deficiência em observação aos aspectos legais. Para compor este estudo foram utilizadas fontes primárias e secundárias,

como por exemplo, os relatórios estatísticos, relatórios de trabalhos dos grupos de trabalhos e outros. Os dados apontam que a UFPB, por meio do CIA, tem buscado consolidar as ações de inclusão e acessibilidade aos estudantes com necessidades especiais, ampliando o atendimento para além das categorias de deficiência, com ações dos diferentes grupos de trabalho e do programa estudante apoiador que busca auxiliar os estudantes atendidos a superar as possíveis barreiras para o pleno exercício de seus direitos dentro da universidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão no ensino superior; Política de inclusão; Acessibilidade.

### **UNIVERSITY INCLUSION AT UFPB: A DOCUMENTARY STUDY ON THE ACTIONS OF THE INCLUSION AND ACCESSIBILITY COMMITTEE**

**ABSTRACT:** Policies for inclusion in higher education were expanded, mainly, by the edition of the quota Law in higher education, which made it possible to increase the number of people with disabilities in undergraduate courses. This article aims to present a documentary study on the actions of the Inclusion and Accessibility Committee (CIA) of the Federal University of Paraíba (UFPB), from the creation of the inclusion policy and specialized care for people with disabilities in observance of the legal aspects. To compose this study, primary and secondary sources were used, such as, for example, statistical reports, reports of work by working groups and others. The data show that UFPB, through the CIA, has sought to consolidate the actions of inclusion and accessibility for students

with special needs, expanding the service beyond the categories of disabilities, with actions from different work groups and the student support program that it seeks to help students served to overcome possible barriers to the full exercise of their rights within the university.

**KEYWORDS:** Inclusion in higher education; Inclusion policy; Accessibility.

## 1 | INTRODUÇÃO

Refletir sobre inclusão universitária (especificamente para pessoas com deficiências ou necessidades educacionais especiais – NEE) exige fazermos o esforço de compreender que as Políticas de Inclusão Social, no Brasil, ganharam força e destaque a partir das Políticas de Educação, na década de 1990. O Brasil por ser um país signatário de vários documentos internacionais como, por exemplo, (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994; DECLARAÇÃO DA GUATEMALA, 1999), nas quais o país se comprometeu em construir e executar políticas de inclusão para pessoas com NEE.

Até a criação destes documentos, o número de pessoas com NEE em universidades públicas, era insignificante (BRASIL, 1990), devido às dificuldades e a permanência nos cursos de graduação. A partir de 2001 a 2006, o número de pessoas com deficiência matriculados nas universidades em todo país subiu consideravelmente, de 5.540 para 13.270, respectivamente, e em 2017 para 39.855 (INEP, 2017). Os dados do censo do Ministério de Educação (MEC, 2017), mostram que o número de matrículas de pessoas com deficiências ou NEE cresceu mais nas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas do que nas públicas, sendo respectivamente, 25.197 e 14.658, totalizando 39.855. Este índice é somente 0,0048% da população universitária, que estava matriculada em 2017, sendo 8.286.663 de estudantes universitários. Mesmo tendo, o Brasil, mais de 45, 6 milhões de brasileiros que possuem algum tipo de deficiência (IBGE, Censo, 2010), podemos afirmar que entrar na universidade ainda está distante da realidade para muitas destas pessoas, principalmente, nas universidades públicas.

Após cinco anos de publicação da Lei 12.711/12 que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, ainda tem um baixo índice de pessoas com deficiência ou NEE. Isto se deu principalmente, porque esta legislação considerava o princípio básico de cota como está previsto no art. 1 e parágrafo único, sem especificar condições especiais para as pessoas com deficiência.

Somente em 2016, a Lei 12.711/12 foi alterada pela Lei 13.409/2016 em que retificou o art. 3º, dando destaque às vagas para pessoas autodeclaradas preta, parda, indígena e pessoas com deficiência. Com estas alterações, muitas IES públicas tiveram que adequar seu plano de cota para entrada, garantindo o direito das pessoas com NEE o acesso à universidade. Mas, materializar uma política de inclusão universitária para pessoas com deficiência e/ou NEE não é somente garantir a matrícula do indivíduo, como também a sua permanência. Isto exige esforços administrativos e pedagógicos de cada

IES pública, para que os ingressantes se sintam pertencidos à comunidade acadêmica e possam permanecer na universidade até a sua conclusão de curso de graduação. Neste sentido, as universidades públicas precisam se readequar em três aspectos básicos: arquitetônico, pedagógico e atitudinal. Sendo assim, pensar em inclusão social é pensar que há necessidade de adaptações na sociedade e nos indivíduos, pois a sociedade é feita pelos seus membros que precisarão mudar o pensamento quanto às pessoas com deficiência e/ou NEE.

Esta população é composta por sujeitos de direitos assim como os demais, e garantir o acesso à igualdade de oportunidades não é privilégio, significa materialização de direito. Considerando isto, este artigo tem por objetivo apresentar, a partir de um estudo documental e bibliográfico, como a Universidade Federal da Paraíba está implantando a sua política de inclusão às pessoas com deficiência e/ou NEE, por meio de seu Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), a partir de 2013 até 2017. Este recorte se dá por ser o período em que encontramos os primeiros anos de implantação da Lei 12.711/12 e 13.409/16, além de ser o período de criação do CIA. Vale ressaltar que esta foi a primeira etapa da pesquisa “Política de inclusão universitária implantada pela UFPB, por meio do Comitê de Inclusão e Acessibilidade, no atendimento das necessidades educacionais especiais de estudantes com nee.”

## **2 | METODOLOGIA DA PESQUISA**

O método da pesquisa utilizado, nesta etapa é do tipo descritivo e quali-quantitativo. A pesquisa foi desenvolvida a partir de análise documental dos relatórios disponíveis no site do Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no período de 2013 a 2017 (devido a ser os períodos em que estavam disponíveis os relatórios no site do CIA). Para o estudo documental, foram utilizados os relatórios dos Grupos de Trabalho, que são: 3 relatórios do Grupo de Trabalho Pedagógico, 2 relatórios do GT Arquitetônico e 1 de Comunicação, não foram encontrados relatórios do GT Atitudinal para que pudéssemos descrever, isto não significa que não houve as ações, todos os relatórios estão disponíveis no site do CIA. Além dos relatórios, foram utilizados documentos oficiais do CIA, também disponíveis em sua página e dados estatísticos presentes nos relatórios do CIA.

Os dados foram organizados em descrição das ações do CIA e análise dos dados estatísticos, sendo o segundo tópico a análise sobre os relatórios dos GTs supracitados. A descrição das funções de cada GT é feita no item ações do CIA.

## **3 | PENSANDO EM IGUALDADE DE OPORTUNIDADES NA UFPB**

A UFPB já tinha estudantes com deficiência e/ou necessidades especiais

matriculados em diferentes cursos de graduação antes da criação do CIA. Todavia, somente a partir de 2011, a Pró Reitoria de Assistência Estudantil (PRAPE), por meio de uma convocatória aos professores e comunidade acadêmica é que se criou um grupo para discutir as novas ações a serem realizadas pela PRAPE para atendimento aos membros da UFPB dos três segmentos que tinham alguma necessidade especial: professores, servidores técnicos e estudantes. Este grupo foi intitulado como Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA). As ações anteriores a 2011 eram feitas pelo Comporta.

O CIA foi criado oficialmente em novembro de 2013, por meio da Portaria nº 34, pelo Conselho Superior Universitário (CONSUNI), pois após o Decreto 7.234, de julho, de 2010, em que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), A UFPB precisou criar a PRAPE para atender as demandas de assistência estudantil, entre elas, o atendimento educacional estudantil. Assim, a necessidade de se efetivar e implantar uma política de inclusão universitária na UFPB se fazia cada vez mais presente no cenário acadêmico. Até a criação oficial do CIA, várias foram as reuniões do grupo composto por representantes dos diferentes segmentos e necessidades especiais (deficiências visual, auditiva, intelectual, física e outras, além de profissionais envolvidos com inclusão social/escolar) para se discutir as normativas e a organização do CIA.

Até a Resolução 34/2013 do CONSUNI ser editada, várias foram as discussões e alterações na sua escrita para melhor atender o público ao qual o CIA se presta a servir. E como está descrito na própria resolução, nada se decide sobre e para as pessoas com deficiência sem a participação dos mesmos, por isto é garantida a representativa de todos os segmentos e representantes de diferentes grupos de pessoas com NEE (Resolução 34/CONSUNI/UFPB).

Ao CIA compete, conforme art. 5, da Resolução 34/2013, promover cursos de capacitação para tornar a instituição mais inclusiva, avaliar, identifica, elaborar e executar ações e a Política de inclusão universitária, em diferentes segmentos de modo a eliminar as barreiras arquitetônicas, atitudinais, pedagógicas e de comunicação visando a melhoria no atendimento de toda população universitária (professores, técnicos e estudantes); além de outras demandas e responsabilidades previstas na resolução 34/2013 da UFPB.

O CIA foi criado observando o atendimento no tocante às demandas da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), na qual o público a serem atendido pela educação especial centra-se às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento; superdotação/altas habilidades. Todavia, durante os dois primeiros anos do CIA muitos estudantes com outras necessidades apresentaram-se ao CIA para o atendimento especial; e considerando essa realidade, ampliou-se o atendimento estendendo-se para atender as necessidades especiais no tocante à acessibilidade, pedagógica e mudança de atitudes para com as pessoas com diferentes necessidades, além do Plano Nacional de Educação especial.

Essa ampliação se deu por meio da publicação da Resolução 16/2015 (Consepe)



que trata sobre a regulamentação dos cursos de graduação, e em seu capítulo I sobre os estudantes com deficiência (Resolução 16/2015, Consepe, art. 268) trouxe a responsabilidade de promover o atendimento educacional também aos que têm também transtorno de déficit de atenção (TDAH); transtornos mentais de diferentes origens com implicações reais na aprendizagem, dislexia, discalculia.

Para garantir o atendimento às demandas de cada membro atendido pelo CIA foi organizado uma rede de apoio em todos os campi da UFPB, que receberam o nome de Subsede do CIA. Cada Subsede tem a responsabilidade de avaliar, identificar, planejar, dá formação e orientações aos professores e assim como os estudantes que participam do Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência (PAAED).

O PAAED o programa de atendimento educacional às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, o qual se baseia nas prerrogativas da LDB n.º 9.394/96, especificamente nos artigos 58, 59 e 60 que prevê o atendimento educacional especializado para estudantes com deficiência nos diferentes níveis de ensino.

## **4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES: ATENDIMENTOS DO CIA EM NÚMEROS E O TRABALHO DO GTS**

O PAAED apresenta importância social não somente no processo de inclusão da pessoa com deficiência na UFPB, mas também por contribuir na formação social, humana e profissional dos universitários que se comprometem a exercer as funções do PAAED, ao exporem em situações que demandam novas posturas e atitudes quanto às pessoas com deficiência. Dentre as atribuições do estudante apoiador podemos apontar conforme estão previstas, nos diferentes editais do PAAED, desde sua criação: assumirão atividades junto aos estudantes com deficiência, respeitando-se as peculiaridades e necessidades educacionais de cada área de deficiência ou alteração decorrente de sequelas físico-motora, auditiva, visual e de transtornos funcionais específicos (TDAH). (Editais do PAAED para os anos letivos de 2014 até 2017).

Preferencialmente, os estudantes apoiadores escolhidos são do mesmo curso do estudante com deficiência, mas caso não haja candidatos, o CIA identifica e redireciona outro estudante de curso compatível para que nenhum estudante que pede o apoio do CIA fique sem atendimento.

Dependendo da deficiência e da quantidade de disciplinas que o estudante com deficiência esteja matriculado, o mesmo pode ter de um ou mais estudantes apoiador. Cada estudante apoiador recebia uma bolsa de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), no ano de 2017, o que equivale cerca de 70 dólares americanos a época da publicação deste artigo.

Desde a implantação da Política de Inclusão da UFPB, os índices de estudantes com deficiência têm aumentado e o atendimento as suas demandas também. Polia (2017) afirma que em 2011, antes da criação do CIA, a UFPB tinha registrado atendimento

incipiente de 11 estudantes apoiadores, assistido somente 22 estudantes com deficiência; em 2017, já com a consolidação do PAAED, o CIA tinha registrado 688 estudantes com deficiência matriculados, sendo 180 estudantes apoiadores. Vale dizer que nem todos os estudantes com deficiência apresentam demandas educacionais ou de acessibilidade que exigem o CIA a contratar estudantes apoiadores.

Além do PAAED, o CIA tem outros trabalhos organizados e atuantes para implementar mudanças em três aspectos que consideramos desafiadores para a implantação de uma política de inclusão em qualquer instituição de ensino superior: a acessibilidade, as questões pedagógicas e as mudanças atitudinais. Pensando nestes desafios, o CIA criou grupos de trabalhos para poder atingir o que se espera nas atribuições do CIA conforme a resolução 34/2013. São quatro os grupos de trabalho (GT): GT de Acessibilidade pedagógica; GT de Acessibilidade Arquitetônica; GT de Acessibilidade Comunicacional, e o GT de Acessibilidade Atitudinal.

Após a caracterização do CIA, fazem-se necessárias a apresentação de suas conquistas e seus desafios durante 2013 a 2017. Especificamente sobre o número de atendimentos da UFPB, podemos analisar que houve um crescimento significativo nas matrículas de estudantes com deficiência. Após a criação do CIA, nota-se um aumento significativo de estudantes com deficiência, esses dados afirmam o quão importante foi a criação do CIA, visto que, possibilitou aos estudantes com deficiência a sua permanência no ensino superior.

Abaixo apresentamos os dados de crescimento dos estudantes apoiados e apoiadores nos diferentes campi: ano de 2014, eram 25 estudantes apoiados e 31 apoiadores; em 2015 eram 64 apoiados e 80 apoiadores; em 2016 95 apoiados e 149 apoiadores, no campus I. Enquanto que no campus II em relação aos apoiados eram 2 em 2014, 6 em 2015, e 8 em 2016; e, apoiadores eram 3, em 2014, 11 em 2015, e 13 em 2016. No campus III, eram apoiados 1 em 2014, 7 em 2015, e 15 em 2016; enquanto que apoiadores eram 1, 13 e 24 respectivamente em relação aos anos. No campus IV, eram apoiados 1 em 2014, 2 em 2015, e 4 em 2016; enquanto que eram apoiadores 1, 4, 10, respectivamente.

Os dados mostram que os números de estudantes apoiados e de apoiadores cresceram anualmente, apesar desse crescimento o número de universitários com deficiência ou NEE ainda é pequeno em relação ao número de universitários presentes na universidade. No Campus I, de 2014 a 2016 teve um crescimento no número de estudantes apoiados de 380% e de estudantes apoiadores foi de 480%. No campus II, de 2014 a 2016 o crescimento foi de 400% para o registro de estudantes apoiados e de 433,3% no registro de estudantes apoiadores. No Campus III, durante os anos de 2014 a 2016 o total de estudantes apoiados cresceu foi de 1 para 15, o que significa 1500% e apoiadores foi de 1 para 24 estudantes. No Campus IV, durante os anos de 2014 a 2016 o crescimento foi de 1 para 4 estudantes apoiados; e de 1 para 10 estudantes apoiadores.

Os dados mostram também que o número de estudantes apoiadores é a maior

que o número de alunos apoiados isso acontece porque dependendo da deficiência um universitário com NEE demanda de mais de um estudante apoiador devido as ações a serem realizadas. Como por exemplo, o estudante surdo/cego porque tem grande dependência do apoiador para ter direito a 2 ou mais estudantes apoiadores.

Especificamente, sobre os estudos e a criação de ações inclusivas na UFPB, o Gts assume as responsabilidades em cada área especifica que demanda a eliminação de barreiras, sejam elas arquitetônicas, pedagógicas, atitudinais ou comunicacionais. Sendo assim, descreveremos as ações destes Grupos de Trabalho, ao longo dos anos estudados durante esta pesquisa.

Quanto aos trabalhos desenvolvidos pelos GTs, durante o período analisado cada GT atuou em áreas específicas para consolidar as ações do CIA, como está previsto nas atribuições conforme art.5º da Resolução 34/2013. Abaixo estão as ações por cada GT associado ao CIA: pedagógico, atitudinal, arquitetônico e comunicacional.

As ações desenvolvidas pelo GT de Acessibilidade Pedagógica, grupo de trabalho que compõe o Comitê de Inclusão e Acessibilidade da UFPB, durante o ano de 2015 se integrou ao Grupo de Pesquisa sobre Educação, Inclusão e Respeito às diferenças a fim de dinamizar suas ações. No ano de 2015 foi avaliado que a greve dos professores foi um fato que atrapalhou a execução das atividades planejadas pelo GT de Acessibilidade Pedagógica, tendo em vista que inviabilizaram as reuniões dos membros, principalmente, os que vêm de outros campi e dependem de transporte, impossibilitou a realização da pesquisa articulada entre saúde e educação junto aos estudantes com deficiência e apoiadores (CIA, RELATÓRIOS, Grupo de Trabalho Pedagógico, 2015). Outro problema que houve durante a greve, foi que os estudantes pouco acessaram os *e-mails* e não estiveram disponíveis para colaborar com a pesquisa.

Houve a organização e realização do I Seminário sobre Políticas e Práticas Inclusivas. Os objetivos propostos foram alcançados na execução do evento. O evento reuniu estudantes da UFPB, professores, representantes de ONGs e pessoas com deficiência (aproximadamente 100 pessoas).

O GT de Acessibilidade Pedagógica, grupo de trabalho que compõe o Comitê de Inclusão e Acessibilidade da UFPB, durante o ano de 2016 atuou de maneira integrada ao Grupo de Pesquisa sobre Educação, Inclusão e Respeito às diferenças, coordenado pela professora Sandra Santiago. Para isso, foi necessário a realização de seleção de 2 estagiários para compor o GT de Acessibilidade Pedagógica, além da participação de estudantes voluntários. Neste mesmo ano, foi realizado um levantamento e seleção das principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes assistidos pelo Programa Aluno Apoiador, com o objetivo de serem criadas estratégias de solução para cada caso.

Neste ano de 2016, o GT trabalhou bastante, principalmente, sobre a questão de conscientização e sensibilização na comunidade acadêmica com realização de reuniões e planejamento de eventos como: oficinas de teatro para preparação de esquetes com a

equipe dos GTs e voluntários do grupo de estudo e pesquisa sobre Educação, Inclusão e Respeito às diferenças, realização dos ensaios de enquete para produção de vídeo de sensibilização sobre o tema acessibilidade e inclusão, produzido a partir de relatos das dificuldades dos estudantes com deficiência da UFPB, divulgação das ações do CIA e GT de Acessibilidade Pedagógica e eventos de sensibilização para a semana de luta da pessoa com deficiência que ocorreu no Campus I da UFPB.

Dentre as ações realizadas destaca-se: a criação de grupos de comunicação via *whatsapp*, visto que, possibilitou uma maior aproximação entre o GT; a entrada de voluntários no GT; a realização de palestras sobre inclusão e acessibilidade (CIA, RELATÓRIOS, Grupo de Trabalho Pedagógico, 2016).

As ações desenvolvidas pelo GT Acessibilidade Pedagógica durante o ano de 2017 atendeu algumas demandas solicitadas. Dentre estas demandas podemos citar o caso de uma estudante com deficiência visual do curso de Psicopedagogia, onde sua coordenadora de estágio supervisionado da clínica de Psicopedagogia procurou o CIA para que fosse possível verificar as necessidades de adaptação que a aluna estava necessitando para a realização do seu estágio curricular. Para este caso, foi preciso conhecer os materiais e o espaço clínico de estágio e estabelecer momentos de orientação específica juntamente aos professores e supervisores da aluna na clínica Psicopedagogia. Para o episódio da estudante com deficiência auditiva do curso de pedagogia que solicitava apoio do CIA, foi necessário buscar informações juntamente com a coordenação do curso para que fosse possível detectar as necessidades da aluna. A coordenação foi orientada sobre o assunto e a estudante foi avaliada para a identificação das suas necessidades.

Uma estudante cega do curso de Terapia Ocupacional que realizava atividades práticas laboratoriais (histologia): sua professora necessitava de orientação para tornar a aula acessível à aluna, fazendo adaptações dos materiais utilizados no laboratório, assim como suas avaliações. Para este caso, foi proposto que, fossem mantidas reuniões com a professora, com objetivo de orienta-la sobre as adaptações curriculares e materiais que gerassem acessibilidade pedagógica para serem utilizados durante as aulas.

Dois estudantes com TDAH (sendo um do curso de Ciências Contábeis e o outro de Matemática Computacional); Para o caso do estudante com TDAH, do curso de ciências contábeis, que solicitou uma abreviação do curso, o CIA manteve contato com o professor da PRG, emitindo um parecer a respeito da negativa do pedido de abreviamento de curso. Para o caso do estudante com TDAH do curso de matemática computacional, que necessitava do apoio do CIA para não desistir do curso ou ser jubilado, foi preciso o seu encaminhamento ao CIA para fazer avaliação e fazer as orientações gerais sobre sua situação (o caso).

Sobre o caso do estudante surdo de licenciatura em Matemática que enfrentava dificuldades para acompanhar o curso, foram realizadas reuniões com sua apoiadora para orienta-la sobre o tipo de apoio que o aluno necessitava (necessitado pelo aluno apoiado),

além disso, o estudante apoiado passou por avaliações com objetivo de serem detectadas suas reais necessidades de adaptação.

A respeito do caso de uma estudante surda do curso de Pedagogia que solicitava apoio do CIA, foi necessário buscar informações juntamente com a coordenação do curso para que fosse possível detectar as necessidades da aluna.

A coordenação foi orientada sobre o assunto e a estudante foi avaliada para a identificação das suas necessidades. E um estudante surdo-cego da Pedagogia que abriu um processo contra a sua professora, foi necessário ouvir o CIA a respeito do caso, para averiguações e encaminhamentos.

Para todos estes casos foram desenvolvidas ações que pudessem atender a necessidade de cada universitário. É importante considerar que o GT Acessibilidade Pedagógica enfrenta dificuldades como, por exemplo, a falta de literatura, pois nem sempre é possível encontrar nas literaturas sugestões que auxiliem no atendimento aos estudantes com deficiência e a falta de profissionais de diferentes áreas. Além disso, houve pouco espaço de tempo para realização das orientações e adaptações específicas aos estudantes e também orientação dos professores. Mesmo diante das dificuldades o GT Acessibilidade Pedagógica busca solucionar os casos que chegam, pois promover a inclusão é a meta (CIA, RELATÓRIOS, Grupo de Trabalho Pedagógico, 2017).

O Grupo de Trabalho de Acessibilidade Pedagógica, no período de 2013-2017, atendeu algumas solicitações que chegaram ao CIA, também realizaram eventos como, por exemplo, I Seminário sobre Políticas e Práticas Inclusivas, trabalharam sobre a questão de conscientização e sensibilização na comunidade acadêmica, como aponta na resolução 34/2013 do Cosuni.

O Grupo de Trabalho de Acessibilidade Arquitetônico, durante o ano de 2014, priorizou três ações, foram elas: proposição de projeto para novo espaço sede do comitê de inclusão e acessibilidade - espaço acessível; elaboração do material de orientação e mobilidade da UFPB e elaboração de retrato das condições de acessibilidade dos Campi da UFPB. A Prefeitura Universitária que ficou com a responsabilidade sobre essas ações. O objetivo geral foi montar um retrato das condições de acessibilidade dos Campi da Universidade Federal da Paraíba que são: Campus I, na cidade de João Pessoa, o núcleo de Direito em Santa Rita, o Campus II, na cidade de Areia, o Campus III, na cidade de Bananeiras, o Campus IV, Nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto e o Campus V em Mangabeira. Também foi feito um levantamento bibliográfico para reunir temas envolvendo a acessibilidade, levantamento de dados através de projetos, mapas e em campo, para se ter um conhecimento geral dos campi, também foi feito análise dos dados recolhidos apontando os principais problemas.

Os Campi I, II, III, IV e V foram encontrados problemas de acessibilidade. Para o ano de 2015, o GT- Arquitetônico apontou os Campi de Areia e Bananeiras a ser realizado um diagnóstico mais aprofundado, visto que apresentaram mais pontos críticos em relação aos

demais (CIA, RELATÓRIOS, Grupo de Trabalho Arquitetônico, 2014).

Sobre o Campus II, em Areia, O GT Pedagógico elaborou o relatório técnico sobre as condições de acessibilidade de diferentes áreas do campus, entre eles, diferentes departamentos, prédio central de aulas, laboratórios, auditório e Restaurante universitário. O que apontou que há necessidade de reformar em diferentes áreas do campus II, mesmo tendo prédios novos que foram construídos dentro do período que já existia a ABNT 9050/2015 (CIA, Relatório técnico da Subsede Areia, 2015).

O Grupo de Trabalho de Acessibilidade Arquitetônico, durante o ano de 2017, buscou aprimorar o projeto “Caminho Livre”, visto que, as informações na *web* sobre geolocalização eram poucas. Sendo assim, foi desenvolvido um sistema de *web* de código aberto, possibilitando assim a criação de mapas georeferenciados, identificando sobre a presença ou ausência de acessibilidade. Desta forma, é possível que pessoas com necessidades especiais tenham acesso. No início esse sistema *web* de código aberto ficou disponível para o Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPB, posteriormente o objetivo da equipe envolvida seria expandir a solução para toda a UFPB (CIA, RELATÓRIOS, Grupo de Trabalho Arquitetônico, 2017).

O Grupo de Trabalho de Acessibilidade Arquitetônico apontou que em todos os campi (I, II, III, IV e V) foram encontrados problemas de acessibilidade. Também desenvolveram um sistema de *web* de código aberto, para identificação sobre a presença ou ausência de acessibilidade. Como aponta na resolução 34/2013 do Cosuni, a atuação do GT arquitetônico trabalha como está previsto, mas ainda encontra dificultadores para melhoria nos aspectos específicos de eliminação de barreiras.

O Grupo de Trabalho de Comunicação durante o ano de 2017 intensificou a comunicação utilizando dos recursos da divulgação dos serviços, projetos, editais, eventos, folders e campanhas promovidas pelo CIA, com a finalidade de manter a comunidade informada do que é feito na UFPB. Neste mesmo ano foram instalados programas assistivos para deficientes visuais nos computadores, na Biblioteca Central, nas setoriais e nos laboratórios de informática da universidade. O GT de Acessibilidade de Comunicação também ressaltou a importância de manter as pessoas informadas sobre a pessoa com deficiência. Utilizou também os recursos de reportagens, notas e notícias, todas disponíveis na plataforma do *facebook* da UFPB. O resultado das postagens na página foi aumentando gradativamente à medida que era compartilhado histórias de superação, matérias explicando sobre síndromes, transtornos e deficiência (CIA, RELATÓRIOS, Grupo de Trabalho de Comunicação, 2017).

O Grupo de Trabalho de Acessibilidade de Comunicação intensificou a comunicação, visto que, quanto mais utilizar dos recursos da divulgação dos serviços, Projetos, eventos, entre outros, mantendo sempre informações do que é feito na UFPB; como aponta na resolução 34/2013 do Cosuni:

As postagens com maior interação do público durante o ano de 2017 se deu pela



mobilização para aquisição de dinheiro para a compra de uma cadeira de rodas para uma universitária que não tinha condições de adquiri-la. Tal postagem teve o alcance superior de 4.000 mil pessoas. A postagem do edital de seleção para aluno apoiador que alcançou quase 5.000 mil pessoas e a postagem do edital para seleção de estagiários para o CIA que alcançou quase 4.000 mil pessoas. Neste mesmo ano no mês de setembro foi comemorado o dia da Pessoa com Deficiência e o CIA decidiu fazer ações durante todo o mês, envolvendo ações comunicacionais, pedagógicas, arquitetônicas e atitudinais por toda a UFPB. Tudo que foi realizado está registrado e divulgado na página do *facebook* do CIA. (CIA, RELATÓRIOS, Grupo de Trabalho de Comunicação, 2017).

No site do CIA não foram encontrados relatórios do GT atitudinal para que pudéssemos descrever as ações e avaliar. O que impossibilitou-nos de trazer a descrição das ações. Isto, não significa que não houve ações, mas como não há relatórios, não podemos afirmar que as ações deste GT estavam dentro do que se aponta da resolução 34/2013 do Consuni. É necessário, ainda, apontar as ações do CIA por meio das parcerias e laboratórios de apoios. São parcerias interdepartamental e interinstitucional com atendimentos especializados nas áreas psicológicas, fonoaudióloga, terapêutica ocupacional e outras parcerias. Conforme Polia, (2018) descreve são elas: o Lavita (Laboratório de Tecnologia Assistiva do Departamento de Terapia Ocupacional) fica responsável de receber os encaminhamentos de tecnologia assistiva e/ou adaptar mobiliários e outros equipamentos de uso cotidiano; o Lacesse (Laboratório de Acessibilidade do Departamento de Arquitetura) é quem auxilia no mapeamento da acessibilidade arquitetônica de todos os campi, desenvolvendo pesquisas acadêmicas nessa área de atuação.

O que podemos constatar, é que ao longo de 2013 a 2017, as ações do CIA tem se consolidado, em busca de garantir o melhor atendimento aos estudantes com deficiência e NEE. Para podermos avaliar como estão sendo feitos os atendimentos e ações do Programa Estudante Apoiador, é necessário uma pesquisa de campo com entrevistas com os atores do PEA: estudantes apoiados e apoiadores. Sendo está uma lacuna a qual não tivemos aqui a intenção de avaliar e discutir devido ao objeto de estudos para esta pesquisa. Vale informar que no ano de 2018, não obtivemos dados em relação às ações dos GTs devido à falta de publicação dos relatórios na página do CIA.

## **5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto, é possível concluir que, as Políticas de Inclusão da Universidade Federal da Paraíba tem sido implantadas de forma satisfatória e gradativa, através da criação e efetivação do Comitê de Inclusão e Acessibilidade. As ações exercidas pelo CIA durante os anos de 2013 até 2017 têm possibilitado aos estudantes com deficiência mais autonomia dentro do âmbito acadêmico, embora ainda podemos afirmar que há muito a se fazer para aprimoramento da política de inclusão universitária. As ações dos diferentes

Grupos de Trabalho (GTs) do CIA têm estreitado os caminhos para uma universidade inclusiva nos diferentes segmentos (arquitetônico, atitudinal, pedagógico e comunicacional), mas ainda torna-se necessário o empenho de toda a comunidade acadêmica para quebra total destas barreiras.

O Programa Estudante Apoiador ainda que necessite de estratégias para um melhor atendimento é de grande importância para o processo de inclusão, pois tem proporcionado ao estudante com deficiência e/ou NEE um melhor desempenho acadêmico, além de estímulo para sua permanência na universidade. Nesse contexto, podemos afirmar que a UFPB tem buscando contribuir com a permanência dos estudantes com deficiência no ensino superior por meio de sua política de inclusão, o que reafirma seu papel social no tocante à construção de práticas sociais que validam o reconhecimento desta população como sujeitos de direitos. Assim está previsto no Estatuto das pessoas com deficiência (2015): direito não é privilégio.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm)>. Acesso em 13/09/2019.

BRASIL. Lei nº 9.394. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasil: Diário Oficial da União, 1996. Recuperado: 17 mar. 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)> Acesso em: 10 de setembro de 2019.

Censo Universitário. **INEP**, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 28 de agosto de 2019.

CIA. **Editais**. João Pessoa. CIA. UFPB, 2015. Disponível em: [https://www.ufpb.br/ufpb/ufpb/ufpb/cia/colecoes/editais?b\\_start:int=60](https://www.ufpb.br/ufpb/ufpb/ufpb/cia/colecoes/editais?b_start:int=60). Acesso em: 27 de agosto de 2020.

CIA. **Relatório Quantidade de estudantes assistidos nas ações desenvolvidas pela Prape**. João Pessoa. CIA. UFPB, 2016. Disponível em: <https://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/quantidade-de-estudantes-assistidos-nas-acoes-desenvolvidas-pela-prape-cia-1.pdf/view>. Acesso em: 26 de agosto de 2020.

CIA. **Relatório final das Atividades do GT de Acessibilidade Arquitetônica referente ao ano letivo de 2014**. João Pessoa, CIA. UFPB, 2014. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/cia-gtaa-apresentacao-final.pdf/view>>. Acesso em: 03 de setembro de 2019.

CIA. **Relatório final do GT de Acessibilidade Arquitetônica 2017**. João Pessoa, CIA. UFPB, 2017. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/relatorio-final-do-gt-de-acessibilidade-arquitetonica-2017.pdf/view>>. Acesso em: 03 de setembro de 2019.

CIA. **Relatório dos apoiados e apoiadores 2016**. João Pessoa, CIA, UFPB, 2016. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/quantidade-de-estudantes-assistidos-nas-acoes-desenvolvidas-pela-prape-cia-1.pdf/view>>. Acesso em: 03 de setembro de 2019.

CIA. **Relatório final das Atividades do GT de Comunicação 2017**. João Pessoa, CIA,UFPB,2017. Disponível em <<http://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/relatorio-final-das-atividades-do-gt-de-comunicacao-2017.pdf/view>>. Acesso em: 03 de setembro de 2019.

CIA. **Relatório do GT de Acessibilidade Pedagógica referente ao ano de 2015**. João Pessoa, CIA, UFPB, 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/relatorio-do-gt-de-acessibilidade-pedagogica-referente-ao-ano-2015.pdf/view>>. Acesso em: 03 de setembro de 2019.

CIA. **Relatório do GT de Acessibilidade Pedagógica referente ao ano de 2016**. João Pessoa, CIA, UFPB, 2016. Disponível em:<<http://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/relatorio-do-gt-de-acessibilidade-pedagogica-referente-as-acoes-em-2016.pdf/view>>. Acesso em: 03 de setembro de 2019.

CIA. **Relatório do GT de Acessibilidade Pedagógica Campus I 2017**. João Pessoa, CIA,UFPB,2017.Disponível em:<<http://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/relatorio-final-do-gt-de-acessibilidade-pedagogica-campus-i-2017.pdf/view>>. Acesso em: 03 de setembro de 2019.

CIA. **Relatório Técnico do Campus II Areia referente a 2015**. João Pessoa, CIA,UFPB, 2015. Disponível em: <https://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/relatorio-tecnico-do-campus-ii-areia-referente-a-2015.pdf/view>. Acesso em: 26 de agosto de 2020

CIA. **Mapeamento Apoiados e Apoiadores - cia ufpb 2019**. João Pessoa, CIA UFPB, 2019. Disponível em: <https://www.ufpb.br/cia/colecoes/ultimas-noticias>. Acesso em: 26 de Agosto de 2020.

CIA. **Quantitativo do Programa Aluno Apoiador 2019 e materiais do cia**. João Pessoa, CIA UFPB, 2019. Disponível em: <https://www.ufpb.br/cia/colecoes/ultimas-noticias>. Acesso em: 26 de Agosto de 2020.

DANTAS, R,G. et al. **Comitê De Inclusão e Acessibilidade: Histórico e Perspectivas 2017**. João Pessoa, CIA UFPB, 2017. Disponível em: <https://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/comite-de-inclusao-e-acessibilidade-historico-e-perspectivas-2017.pdf/view>. Acesso em 26 de agosto de 2020.

Declaração de Guatemala. **Sobre discriminação contra pessoas portadoras de deficiência**. Guatemala,1999.Disponível em:<<http://www.faders.rs.gov.br/legislacao/6/29>>. Acesso em: 03 de setembro de 2019.

Declaração de Salamanca. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das NecessidadesEducativasEspeciais**.Espanha,1994.Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>.Acesso em03de setembro de 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo**, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 29 de agosto de 2019.

POLIA, A.A. O Comitê de Inclusão e Acessibilidade da Universidade Federal da Paraíba sob o olhar de uma gestão. In: DAXENBERGER, A.C.S.; POLIA, A.A. **Inclusão: do discurso às práticas educacionais**. Curitiba-1ed. Appris, 2018. p. 17-27.

UFPB. Resolução 09/2016 de 26 de novembro de 2013. **Aprova o Regimento Interno do Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) da Universidade Federal da Paraíba, criado pela Resolução Consuni, UFPB nº 34 de 26/11/2013**. Disponível em:<<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/resolucao-no9-do-consuni-2016-regimento-interno-co-cia.pdf>>.Acesso em: 10 de setembro de 2019.

UFPB. Resolução 16/2015 de 14 de abril de 2015. **Aprova o Regulamento dos +- Cursos Regulares de Graduação da Universidade Federal da Paraíba.** Disponível em:<<http://http://www.ct.ufpb.br/cceq/contents/documentos/resolucao-16-2015.pdf/view>>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

UFPB. Resolução 34/2013 de 26 de novembro de 2013. **Comitê De Inclusão e Acessibilidade.** Disponível em:<<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/comite-de-inclusao-e-acessibilidade-historico-e-perspectivas-2017.pdf>>. Acesso em: 10 de setembro de 2019

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acessibilidade 19, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 65, 67, 68, 69, 141, 142, 145, 146, 192, 193, 226, 227, 229, 230, 231, 232, 257, 283, 295, 308

Acolhimento 57, 65, 66, 105, 152, 176, 177, 237

Aluno surdo 35, 37, 38, 41, 44, 138, 139, 140, 143, 144, 148, 169, 205, 254, 255, 257, 259

Autoetnografia 242, 243, 244, 250, 251

Avaliação psicológica 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80

### B

Brincar 50, 54, 102, 103, 131, 137, 182, 193, 274

### C

Cegueira 63, 64, 67, 69, 143, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191

Construção da aprendizagem 51, 52, 138

### D

Deficiência visual 26, 50, 51, 57, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 169, 186, 229

Desenvolvimento da leitura 82, 83, 87, 88, 89, 90, 93, 94

Desenvolvimento do autista 96, 97

Dificuldades de aprendizagem 82, 83, 85, 86, 94, 95, 117, 118, 121, 122, 127, 158

### E

Educação 17, 20, 22, 25, 26, 30, 34, 35, 48, 50, 52, 55, 56, 57, 58, 59, 64, 65, 66, 68, 70, 71, 72, 76, 80, 82, 87, 96, 97, 98, 99, 100, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 122, 124, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 164, 168, 170, 173, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 190, 191, 192, 193, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 208, 210, 211, 212, 213, 216, 217, 223, 224, 234, 236, 239, 240, 242, 243, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 260, 261, 264, 267, 268, 269, 271, 272, 278, 279, 281, 282, 283, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308

Educação com o sonoro 181

Educação de jovens e adultos 149, 150, 153, 155, 157, 158, 159, 160, 204, 211, 247, 251, 261, 300, 307

Ensino 14, 19, 20, 23, 24, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 47, 48, 50, 51, 55, 65, 67, 76, 82, 83, 84, 87, 90, 98, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 122,

130, 131, 132, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 172, 175, 185, 192, 193, 195, 196, 199, 200, 201, 202, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 243, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 264, 265, 267, 268, 269, 270, 271, 278, 284, 285, 288, 293, 294, 298, 299, 301, 302, 304

Ensino colaborativo 33

Ensino de matemática 107, 112

Ensino e aprendizagem 90, 106, 111, 112, 117, 119, 158, 172, 193, 199, 201

Ensino superior 19, 20, 24, 30, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 243, 248, 249, 250, 255, 259

Escrita 22, 33, 35, 52, 55, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 115, 169, 176, 196, 197, 244, 245, 249, 252, 286, 294

Evasão escolar 142, 144, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160

## **G**

Gênero 1, 2, 7, 9, 10, 11, 15, 18, 236, 238, 240, 242, 243, 245, 308

## **I**

Inclusão universitária 19, 20, 21, 22, 29

Intérpretes de libras 253

## **J**

Jogos didáticos 50, 51

Jogos pedagógicos 192, 193, 194, 195, 196, 201

## **L**

Libras 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 44, 45, 48, 52, 53, 76, 139, 143, 146, 161, 162, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 205, 211, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 282, 283, 284, 285, 289, 290, 294, 295, 296

## **M**

Mulheres 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 34, 63, 67, 70, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 245, 246, 247, 250, 251, 285, 308

Mulheres quilombolas 1, 2, 3, 7, 10, 12, 15, 16, 308

## **O**

Oficinas 25, 219, 220, 295

## **P**

Pais surdos 161, 164, 165, 166, 167, 174, 175, 177, 178, 179, 180

Papéis sociais 234, 235, 237, 238, 239, 268

Papel do afeto 96

Paralisia cerebral diparética 192, 194, 196, 197, 201, 202

Pesca 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 308

Pessoas com deficiência 19, 20, 21, 22, 23, 25, 30, 57, 58, 59, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 108, 110, 111, 116, 130, 132, 135, 139, 140, 142, 145, 146, 147, 214, 216, 217, 218, 219, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 294

Processo de alfabetização 47, 84, 88, 89, 113, 192, 193, 194, 196, 201

## **S**

Sociedade e Direito 234

Soroban 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116

## **T**

Tecnologia 29, 35, 55, 88, 139, 141, 145, 146, 161, 279, 282, 284, 289, 308




Transtorno de déficit de atenção 23, 86, 117, 121, 127

## **V**

Violência na escola 260, 261, 262, 265, 266, 268, 271, 272





Vivências 60, 61, 72, 99, 100, 105, 153, 193, 204, 242, 273, 275, 277

# EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO

-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)



# EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO

-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)